

Colocação pronominal nas Minas setecentistas

SUELI MARIA COELHO

Professora adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora filiada ao Núcleo de Pesquisa da Variação (NUPEVAR) da Faculdade de Letras da UFMG e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da mesma instituição. e-mail: sucoelho@ufmg.br

THAÍS FRANCO DE PAULA

Licenciada em Letras/ Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora de Redação do Colégio Alfa Educacional – Divinópolis-MG. e-mail: thaisfrancodepaula@yahoo.com.br

Resumo: A sintaxe de colocação volta-se para o estudo da disposição dos elementos linguísticos dentro da oração. Tal disposição é regida por um conjunto de fatores não só estruturais, mas também prosódicos, estilísticos e semânticos. No tocante à colocação dos pronomes átonos, segundo defende Perini (1998), os princípios atuantes no fenômeno são relativamente simples. A complicação decorre do dualismo que envolve o falante, o qual precisa decidir entre obedecer ao padrão europeu ou se adaptar ao uso brasileiro, o que acaba por instaurar um processo de variação linguística. Este estudo buscou investigar essa variação a partir de um recorte histórico e geográfico. Para tanto, tomou como objeto de análise a colocação dos clíticos em documentos escritos no séc. XVIII na região de Ouro Preto, visando a verificar se, naquela época, as normas de colocação apresentavam traços do português clássico ou se exibia características da norma culta atual. A análise desenvolvida acusou discrepâncias entre a sintaxe de colocação mineira e a norma atual que, em muitos aspectos, pauta-se na norma lusitana moderna, o que demonstra que a distinção entre português europeu e brasileiro no tocante à ordem dos clíticos tem uma história bastante pregressa.

Palavras-chave: Colocação pronominal; Minas Gerais; era setecentista.

Abstract: The syntax of pronominal position is founded on the study of the disposition of the linguistic elements inside the sentence. Such disposition is ruled by a group of factors which is not only structural, but also prosodic, stylistic and semantic. In relation to the position of atonic pronouns, according to Perini (1998), the principles actuating in the phenomenon are relatively simple. The complexity comes from the dualism that involves the speaker, who is supposed to decide between obeying the European pattern and adapting himself to the Brazilian use, which is responsible to establish a process of linguistic variation. This study aimed at investigating this variation, by considering a linguistic and historical cut. Thus, it took as an object of analysis the position of clitics in 18th-century documents in the region of Ouro Preto, Minas Gerais, aiming at identifying if in that time the rules of position presented features of the classic Portuguese or if it exhibited characteristics of the modern cult norms. The developed analysis accused discrepancies between the syntax of position from Minas and the modern rule, that in many aspects, is regulated by the modern Lusitanian norm, and all this demonstrates that the distinction between the European and the Brazilian Portuguese, as far as the clitics are concerned, presents a foregoing history.

Keywords: Pronominal position; Minas Gerais; 18th century.

Considerações iniciais

As reflexões acerca da sintaxe de colocação ou de ordem, mais especificamente acerca da colocação dos pronomes oblíquos átonos, especialmente no tocante à disparidade entre norma e uso, bem como a variações características do português “aquém e além mar”, têm ocupado a tônica de inúmeros trabalhos linguísticos há mais de um século. No início do século XX, semelhantes divergências motivaram estudos e calorosas discussões não só de brasileiros, como Said Ali (1908), mas também de europeus, como Cândido de Figueiredo (1909). Embora com propósitos distintos, ambos os estudiosos reconheceram a importância de fatores de cunho fonético a atuar na disposição dos pronomes em relação ao verbo, o que até então era analisado apenas sob a óptica estrutural. Bechara (1999) reconhece o ineditismo desses estudos ao afirmar textualmente que

durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano (p. 587).

A abertura de novos horizontes para o estudo do tema, como pontua Bechara (*op. cit.*), legou-nos certamente alguns avanços. Hoje já existe um consenso entre os estudiosos de que as variedades existentes – quer entre norma e uso, quer entre português europeu e brasileiro – decorrem de um conjunto de fatores. Referenciando o professor Martinz de Aguiar, cujo posicionamento Bechara (1999) transcreve e qualifica como lúcido, este gramático contemporâneo assume que

a colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonéticos (rítmicos), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se ajudam e às vezes se contrapõem (AGUIAR *apud* BECHARA, 1999, p. 591).

É na esteira dessa imbricação de fatores que o presente estudo se apoia, já que busca descrever, com base na metodologia da sociolinguística variacionista, a colocação pronominal nas Minas setecentistas. Os textos que integraram o *corpus* desta pesquisa foram escritos na região de Ouro Preto, berço da cultura mineira, entre os anos de 1752 e de 1794. Trata-se, dessa forma, de um estudo que se volta para a análise de

fatores históricos sem desconsiderar aspectos psicológicos¹ que atuaram na língua escrita de Minas Gerais no século XVIII. O objetivo do estudo é, pois, descrever quantitativamente a tendência de uso dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo, no português escrito na região onde se originou a língua mineira, com vistas a verificar se, naquela época, a colocação dos clíticos na referida região se aproximava mais do português clássico ou se já exibia traços da norma culta atual² que, conforme é sabido, “em muitos casos, espelha-se em variedades modernas do português de Portugal” (PAGOTTO, 1999, p. 52).

Partiu-se da hipótese de que, pelo menos nos documentos formais, a colocação pronominal obedeceria mais fielmente às normas do português clássico, já que era essa a norma culta do período. Ademais, considerando-se que o *corpus* analisado é uma mostra da língua escrita há três séculos, esperavam-se tendências de uso um pouco distintas daquelas registradas atualmente, dado que o processo de variação e mudança linguística é lento e gradual. O mérito deste estudo consiste, portanto, não apenas na descrição quantitativa da colocação pronominal nas Minas setecentistas, mas também na possibilidade de que os resultados obtidos oferecem de se precisar o curso dessa variação e mudança linguística. Caso os dados analisados revelem uma tendência de uso mais próxima da atual, será possível, dependendo da frequência das formas, verificar se a mudança já está ou não implementada.

1. A colocação pronominal sob a óptica da gramática tradicional

Conforme mencionado na seção precedente, Bechara (1999) atribui a Said Ali (1908), quando este introduz a questão fonética no estudo da sintaxe de colocação, o legado da tradição de se distinguir entre vocábulos tônicos e átonos. É justamente na parte dedicada à prosódia que Bechara trata desses vocábulos, assim os definindo:

Nestes grupos de força certos vocábulos perdem seu acento próprio para unir-se a outro que os segue ou que os precede. Dizemos que tais vocábulos são *clíticos* (que se inclinam) ou *átonos* (porque se acham destituídos de seu acento vocabular). Aquele vocábulo que, no grupo de força, mantém sua individualidade fonética é chamado *tônico*. Ao conjunto se dá o nome de *vocábulo fonético* (BECHARA, 1999, p. 89).

¹ O *corpus* selecionado para análise contempla textos tanto formais quanto informais, o que permite a análise da influência de fatores estilísticos atuando na ordem dos clíticos adotada pelos escritores mineiros setecentistas.

² A norma culta escrita foi codificada no séc. XIX, período em que tanto o português europeu quanto o brasileiro passavam por um processo de mudança linguística. Não é, pois, sem motivação histórica que existem diferenças entre a língua do colonizador e a do colonizado. Segundo Pagotto (1992), “o português clássico era a norma em Portugal até o século XVIII” (p. 53). A partir de então, sagrou-se o processo de mudança instaurado na gramática do português falado lá, promovendo-se as variantes à condição de norma culta, fato que não se deu no Brasil, já que aqui a “língua falada seguia um curso completamente diferente.” (*op. cit.*, p. 53)

Os clíticos são ainda classificados pelo autor segundo a posição que ocupam em relação à palavra tônica à qual se ligam. Dizem-se *proclíticos* os clíticos que precedem o vocábulo tônico, e *enclíticos*, aqueles que se pospõem a ele. Semelhante nomenclatura é adotada pelos autores das gramáticas tradicionais para se referirem à posição que o clítico ocupa em relação ao verbo: (i) *próclise*, se o pronome é pré-verbal (Nunca se mostrou insatisfeito.); (ii) *ênclise*, se o pronome é pós-verbal (Fitou-me durante alguns segundos que mais pareciam uma eternidade.); e (iii) *mesóclise*, se o pronome se intercala ao verbo (Esclarecer-se-iam todas as dúvidas).

A despeito de tais autores apresentarem algumas ressalvas em relação às regras prescritas, admitindo que elas “representam *tendências gerais*, induzidas da observação da língua escrita, nunca leis rígidas aplicáveis a todos os casos” (MELO, 1968, p. 373), bem como que, sendo a pronúncia no Brasil diversa da portuguesa, “forçoso é que seja diferente, no uso coloquial, a posição do pronome complemento – átono em Portugal, semi-tônico no Brasil” (*op. cit.*, p. 372), há, nos diversos compêndios consultados, um conjunto de regras muito semelhantes, que se pautam pela sintaxe lusitana moderna. Cunha (1990), ao introduzir as normas de colocação dos pronomes átonos em relação às formas verbais simples, defende que, “sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, dentro da ordem lógica *a sua posição normal é a ênclise*” (p. 307, grifos nossos). A partir de então, passa a mencionar e a exemplificar os casos em que a próclise ou a mesóclise se fazem obrigatórias, pedagogia também adotada por Melo (1968), por Rocha Lima (1973), por Cunha e Cintra (1985) e por Bechara (1999).

A obrigatoriedade da próclise é, na imensa maioria das obras, justificada pelo princípio da atração, segundo o qual determinados vocábulos – tais como palavras negativas, advérbios, pronomes relativos, demonstrativos e indefinidos, conjunções subordinativas, numeral *ambos* e gerúndio precedido da preposição *em* – atraem foneticamente o pronome, deslocando-o para a posição pré-verbal. Melo (1968), entretanto, não endossa essa teoria e, antes de proceder à apresentação das regras de próclise, adverte que

é preciso estar prevenido contra uma teoria explicativa muito cômoda mas perfeitamente falsa, que costumamos chamar de “magnética”. Referimo-nos àquela segundo a qual determinadas palavras *atraem* o pronome oblíquo. (...) Ora, uma palavra não pode atrair outra, porque, uma vez pronunciada, deixa de existir, ao passo que a outra, a supostamente atraída, ainda não existe. Isto, sem considerar que a palavra é acidente de acidente, momentâneo resultado da passagem do ar pelos órgãos articuladores em determinada momentânea posição (p. 373).

A despeito de não endossar a tese da atração, reconhecida também por autores lusitanos contemporâneos, como Mateus *et al* (2003), para quem a próclise é determinada por uma relação de c-comando em que o sintagma verbal se encontra no mesmo domínio sintático e prosódico do atrator, o gramático brasileiro reserva-se o direito de não justificá-la e se limita a listar as regras, abstendo-se do emprego do termo *atração* e seus afins. Além dos vocábulos atrativos que determinariam a próclise, esta também é

recomendada nas orações interrogativas, exclamativas e optativas, justificada por questões fonéticas ligadas à entonação.

Já a mesóclise é a posição prescrita para o clítico quando a oração se inicia por verbo flexionado no futuro do presente ou no futuro do pretérito, admitindo-se que ela se desfaça, caso haja, no início da oração, algum outro vocábulo que não a forma verbal³. Como se nota, a norma mesma já se encarrega de limitar os contextos de uso da mesóclise, o que contribui não só para sua baixa frequência, como também para sua vinculação a contextos bastante formais.

No tocante à colocação das formas pronominais átonas nas combinações de verbo⁴, as regras são mais flexíveis, admitindo-se, basicamente, estas três posições: (i) próclise à combinação verbal (Nunca *o* deixavam falar.); (ii) ênclise ao auxiliar (Vocês devem-*se* comportar muito bem.); e ênclise ao verbo principal, exceto particípio (Esteve observando-*me* por muito tempo.).

Em virtude do sensível descompasso entre norma e uso no emprego dos pronomes átonos, cumprida a função de prescrever as regras que regulamentam a linguagem culta, os gramáticos consultados admitem a impropriedade de muitas dessas regras, que desconsideram a realidade linguística brasileira, em prol de uma “obediência cega às atuais normas portuguesas” (CUNHA, 1990, p. 312). Frente a essa constatação, admitem a relativa liberdade de construção e recomendam que a colocação dos pronomes pessoais átonos seja pautada pela “escolha estilística do falante ou escritor, que se deixa levar pela clareza, ênfase e senso do ritmo” (MELO, 1968, p. 379).

2. Descrição da metodologia adotada pelo estudo

Visando a descrever a colocação pronominal nas Minas setecentistas, analisou-se a ordem dos pronomes clíticos (*me, te, se, lhe(s), o(s), a(s), nos, vos*) num *corpus* constituído de textos escritos no século XVIII na região de Ouro Preto, um dos mais antigos núcleos populacionais de Minas Gerais. O *corpus* analisado constituiu-se de vinte e cinco (25) documentos integrantes do Fundo Barão de Camargos editados por Chaves (2001), e contemplou uma relativa diversidade de gêneros textuais – correspondências, bilhetes, quitação de bens, certidão de banhos, escritura de venda de imóvel e carta de

³ Essa restrição é para manter a coerência com a regra que proíbe, em linguagem culta, o emprego da ênclise em início de orações. Essa regra da sintaxe lusa decorre do fato de, na Europa, o pronome ser realmente átono. Dado que, conforme admite Melo (1968), no Brasil tal pronome é semi-tônico, essa regra é constantemente violada, fato assim justificado por esse gramático e também por outros, como Bechara (1999) e Cunha e Cintra (1985), numa seção dedicada a explicar a colocação dos pronomes átonos no Brasil.

⁴ É comum entre os gramáticos tradicionais estabelecer-se distinção entre tempos compostos e locuções verbais nas combinações de verbos. Assim, classificam-se como locuções verbais aquelas combinações em que o verbo auxiliar se junta à forma nominal de gerúndio ou de infinitivo, reservando-se o termo de tempo composto para as combinações de auxiliar + particípio. Tal distinção foi neste estudo neutralizada, empregando-se o termo combinação verbal para se referir às combinações de verbo auxiliar + principal.

alforria –, os quais foram escritos ao longo de um período de quarenta e dois anos: de 1752 a 1794.

Dado que o objetivo do estudo era abarcar o maior número possível de variáveis, buscou-se, além da variável histórica, analisar também uma possível atuação da variável estilística, bem como da variável sintática, já que, além do grau de formalidade dos documentos, considerou-se ainda, na análise, o contexto de ocorrência do clítico. Para análise da variável estilística, dividiu-se o *corpus* em dois grupos: (i) documentos formais e (ii) documentos informais. O *corpus* representativo da linguagem formal compôs-se de cinco documentos (quitação de bens, certidão de banhos, escritura de venda de imóvel, correspondência formal e carta de alforria), totalizando 2472 palavras. Já o *corpus* representativo da linguagem informal foi composto de vinte documentos (missivas informais e bilhetes), totalizando 3846 palavras. A despeito de o número de documentos integrantes do *corpus* representativo da linguagem informal ser significativamente superior ao do *corpus* de linguagem formal, tomou-se o cuidado de tentar equiparar sua extensão, determinada pela totalidade do número de palavras de cada um. Buscou-se, com isso, restringir a possibilidade de a frequência pronominal ser favorecida pelo maior número de palavras da amostragem.

Constituído o *corpus*, computaram-se todas as ocorrências de clítico, quer como um vocábulo independente quer ligado ao hospedeiro tônico. Analisou-se separadamente a colocação das formas pronominais átonas em relação às lexias simples (forma verbal simples) e também em relação às combinações de verbo (auxiliar + principal), com o intuito de se verificar se essa é também uma variável interveniente na posição do pronome. Em se tratando das lexias simples, buscou-se ainda identificar o tipo de vocábulo que estaria motivando a próclise, bem como a relação entre a função sintática do pronome átono e sua posição em relação ao verbo. No tocante às combinações verbais, além da descrição adotada para as lexias simples, quantificaram-se ainda as posições assumidas pelo pronome: (i) pré-construção verbal (PCV); (ii) pós-auxiliar (PAux); e (iii) pós-verbo principal (PVP). Todas as quantificações foram apresentadas em porcentagem e obtidas por meio de uma regra de três simples, em que se tomou como parâmetro para o cálculo o valor da frequência total.

Os resultados obtidos permitiram não só quantificar a produtividade da próclise, da mesóclise e da ênclise nas Minas setecentistas, objetivo principal do estudo, como também identificar alguns fatores que atuam simultaneamente neste processo de variação e mudança linguística que culmina com certas distinções entre o português escrito “aquém e além mar”. A descrição desse fenômeno linguístico no século XVIII em Minas Gerais passa a ser apresentada na seção subsequente.

3. Apresentação e discussão dos resultados

As abstrações extraídas da análise empreendida resultam de um total de cento e quarenta e cinco (145) ocorrências de pronomes átonos, computados num universo de seis mil, trezentas e dezoito (6318) palavras. Dos cento e quarenta e cinco clíticos identificados, oitenta e nove (89) são formas independentes do verbo e cinquenta e seis (56), vocábulos ligados a ele, formando, dessa feita, não apenas um vocábulo fonético, mas

também uma única palavra⁵, conforme ilustram estes exemplos extraídos de missivas informais.

- (1) “(...) queixoço de *me* não fazeres o que *vos* tinha pedido (...)” (Documento 12, grifos nossos)
- (2) “ Deos permita *livralos* a todos de moléstias (...)” (Documento 3, grifos nossos)

Os exemplos selecionados podem induzir ao raciocínio de que a ênclise favorece a ligação do pronome ao verbo, mas necessário se faz registrar que, no *corpus*, as ocorrências de pronomes proclíticos ligados ao verbo sobrepõem-se às ocorrências de ênclise (cf. tabela 1). Não se pode, portanto, associar a junção do pronome ao verbo à sua posição enclítica ou proclítica, pois fatores históricos também a motivam. Sabe-se que, no século XVIII, não apenas os pronomes se ligavam a um hospedeiro tônico, formando com ele uma única palavra, mas também outros vocábulos átonos, como preposições e artigos, por exemplo. Trata-se, pois, de uma característica do período, e não apenas de uma especificidade dos pronomes átonos. Bechara (1999), ao discorrer sobre os clíticos, divide-os em nove classes e afirma que, no português atual, tais classes “são geralmente átonas e proclíticas” (p. 89), o que foi confirmado por nossos dados. Apesar de se tratar de uma amostragem da escrita mineira setecentista, a análise empreendida aponta na direção de que o português escrito em Minas Gerais no séc. XVIII, no tocante à colocação dos clíticos pronominais, exhibe, conforme será demonstrado ao longo desta seção, características bastante próximas da modalidade contemporânea, o que caracteriza um processo de variação e mudança já bastante robusto.

Os dados obtidos sugerem que o fator estilístico também é uma variável que atua na junção vocabular, já que, conforme demonstram os índices dispostos na tabela 1, o contexto informal favorece a junção do pronome ao hospedeiro tônico, embora esta também tenha sido computada, ainda que em menor frequência, em documentos formais. Essa maior frequência da junção vocabular em textos informais pode ser um indício de que, na época, a grafia era influenciada por fatores fonéticos e não fonológicos, que é a norma de hoje.

Tabela 1: Variável estilística e delimitação vocabular

Pronome independente						Pronome ligado à outra palavra					
Próclise		Mesóclise		Ênclise		Próclise		Mesóclise		Ênclise	
For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal
20	66	0	0	0	3	1	37	0	0	1	17
14%	45.5%	0%	0%	0%	2%	0.5%	25.5%	0%	0%	0.5%	12%

Fonte: *Corpus* analisado

⁵ No presente estudo não se estabeleceu distinção entre os termos *palavra* e *vocábulo*, empregando-os como sinônimos.

Outra implicação que se extrai da tabela 1 e que é mais claramente visualizada na tabela 2 refere-se à posição ocupada pelo clítico em relação ao verbo, foco principal deste estudo.

Tabela 2: Correlação entre variável estilística e colocação pronominal

Próclise		Mesóclise		Ênclise	
Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
21	103	0	0	1	20
14%	71%	0%	0%	1%	14%

Fonte: *Corpus* analisado

Endossando a hipótese aventada inicialmente, a língua escrita em Minas Gerais no século XVIII, mesmo nos contextos de maior formalidade, era preferencialmente próclítica (85% do total de ocorrências de clíticos), o que atesta obediência à norma culta do português clássico. Nos documentos formais, computou-se um percentual de 14% de próclise contra apenas uma ocorrência de ênclise. Nos documentos informais, a frequência de próclise foi ainda mais alta, alcançando o índice de 71% das ocorrências, enquanto a ênclise foi empregada em apenas 14% dos casos. Vê-se, pois, que, na língua escrita de Minas Gerais no séc. XVIII, a ênclise é a posição marcada, enquanto a próclise é a não-marcada. Esses resultados dialogam com os obtidos por Pagotto (1992 *apud* 1999), quando da análise das Constituições do Brasil Império e do Brasil República. Segundo esse autor, “os dois textos foram escritos em gramáticas bastante diferentes uma da outra” (p. 52). Enquanto a Constituição do Império (1824) apresenta, além de outros traços da sintaxe do português clássico, a preferência pela próclise, a Constituição da República (1892) é enclítica por excelência, atestando obediência à gramática da norma culta atual, fixada no final do séc. XIX. Assim, tanto os dados mineiros quanto os de Pagotto comprovam que o português brasileiro é naturalmente proclítico, dado que, na ausência de um modelo rígido imposto pela norma atual, os dados acabam por revelar a próclise, mesmo na escrita.

Em se tratando ainda da ordem dos clíticos pronominais, um dado não esperado, mas revelado pelos dados computados é a ausência absoluta de mesóclise. A colocação intraverbal, apesar de restrita aos contextos de maior formalidade, não ocorreu uma única vez no *corpus*, nem mesmo nos documentos formais, cujo contexto é previsível. O exemplo 3, apresentado a seguir, a despeito de constar de uma missiva informal, ilustra um contexto que as gramáticas tradicionais, que se pautam pela norma lusitana moderna, prescrevem como emprego obrigatório de mesóclise: o pronome oblíquo inicia a oração, posicionando-se encliticamente a uma forma verbal no futuro do presente.

- (3) “Mefaras m.^{ce} mandar humiscrito aManoel (...)” (Documento 12 VV, grifos nossos)

O exemplo selecionado é mais um indício de que a escrita mineira no século XVIII

pautava-se pelas normas do português clássico, assemelhando-se, quanto à sintaxe de ordem, à Constituição do Império que, segundo Pagotto (1999), “chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico” (p. 52). A observância de não se empregar a ênclise ao futuro, conforme preconiza a norma atual, é regular no *corpus* e flagrada em outro contexto, com o diferencial de que, neste caso, ilustrando uma situação prevista pelos compêndios normativos, o pronome indefinido *tudo* atua como uma palavra capaz de desfazer a mesóclise:

- (4) “Ma-is que *tudo* O *intimarei* que’ tenha Saude (...)” (Documento 1, correspondência informal, grifos nossos)

Mateus *et al* (2003), ao analisarem dados do português europeu, também atestam a inexistência de mesóclise nessa modalidade e a sua conseqüente substituição pela ênclise. Segundo as autoras referenciadas, a mesóclise constitui um traço de gramática antiga. No português brasileiro, a substituição se deu não pela ênclise, como ocorreu na Europa, mas pela próclise, que é a posição mais produtiva no português americano. A julgar pelos dados obtidos e pelo comentário de Mateus *et al* (*op. cit*), o arcaísmo da mesóclise remonta, pelo menos na língua de Minas Gerais, ao séc. XVIII, fato atestado por outro dado, que, por necessidade de delimitação do *corpus*, não integrou este estudo: em Estatutos de Irmandades mineiras da era setecentista, são pródigos os exemplos de próclise ao futuro, quer naquelas fundadas pela elite, quer nas cultuadas pela classe não-nobre, o que atesta a longa repulsa do escritor mineiro por esse tipo de colocação pronominal.

Conforme descrito na seção dedicada a detalhar a metodologia adotada, buscou-se, além de descrever a colocação pronominal setecentista, verificar se a ordem dos clíticos sofria influência do contexto sintático em que se encontravam, mais especificamente, se ela se alterava em se tratando de lexias simples ou de combinação verbal. Das cento e quarenta e cinco ocorrências de clíticos analisados, cento e dezessete (117), isto é, 80,68%, são de lexias simples, enquanto vinte e oito (28), ou 19,32%, são de combinações verbais. Os dados dispostos na tabela 3, a seguir, sintetizam os resultados obtidos quanto a essa variável.

Tabela 3: Ordem do clítico pronominal em lexias simples e em construções verbais

Próclise				Mesóclise				Ênclise			
Lexia simples		Combinação verbal		Lexia simples		Combinação verbal		Lexia simples		Combinação verbal	
For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal	For- mal	In- formal
15	90	6	13	0	0	0	0	1	11	0	9
10%	62%	4%	9%	0%	0%	0%	0%	1%	8%	0%	6%

Fonte: *Corpus* analisado

Também neste contexto, confirmou-se a preferência pelo clítico pré-verbal em textos escritos das Minas setecentistas. Em se tratando de lexias simples, a colocação proclítica foi empregada em 72% dos contextos, enquanto a pós-verbal o foi em apenas 9%. No tocante às combinações verbais, a próclise suplantou a ênclise também com ampla vantagem: 13% de próclise contra 6% de ênclise. Isso demonstra que, independentemente de se tratar de forma verbal simples ou composta, a posição mais produtiva do clítico é, desde o período analisado, anterior ao verbo, o que atesta não haver, pelo menos em relação ao tipo de lexia verbal, uma influência sintática, o que não significa que tal influência não exista, já que nos resta verificar ainda o tipo de elemento que atua, segundo a terminologia adotada pela maioria dos autores consultados, como atrativo para a próclise. Tal análise será apresentada nos parágrafos subsequentes. Antes, porém, será descrita a colocação do clítico em relação às combinações verbais, buscando-se identificar qual das três posições possíveis era a mais produtiva nas Minas setecentistas.

Tabela 4: Posição do clítico nas combinações verbais

PRÓCLISE À COMBINAÇÃO VERBAL		COMBINAÇÃO VERBAL			
		ÊNCLISE AO AUXILIAR		ÊNCLISE AO VERBO PRINCIPAL	
documento formal	documento informal	documento formal	documento informal	documento formal	documento informal
6	13	0	7	0	2
21.5%	46.5%	0%	25%	0%	7%

Fonte: *Corpus* analisado

Mais uma vez, os dados sinalizam a produtividade da próclise, que, embora seja mais recorrente nos documentos informais (46,5%), totaliza 68% das ocorrências. Considerando-se que, no século XVIII, o padrão ortográfico não estava fixado e que, portanto, o emprego do hífen⁶ não pode ser tomado como critério para identificar a colocação adotada nas construções verbais, é possível que casos de suposta ênclise ao auxiliar sejam interpretados como próclise ao verbo principal. Frente a tal possibilidade, os índices da tendência proclítica tornam-se ainda mais expressivos, caso se agreguem a eles o percentual de 25% de ocorrências enclíticas ao auxiliar e, portanto, proclíticas à forma principal. Assim, a posição pós-verbal corresponderia efetivamente a apenas 7% das ocorrências. Há de se alertar para o fato de que essa posição, que é a recomendada pela norma padrão atual, só foi registrada no *corpus* em documentos informais. Dado que não é lícita a ênclise ao particípio, era previsível, contudo, que, nas combinações verbais, a ênclise fosse menos produtiva, independentemente da tendência proclítica identificada na escrita mineira setecentista.

⁶ Em todo o *corpus* o hífen foi empregado uma única vez, numa correspondência informal, conforme ilustrado neste fragmento: “Ehé oque Semeofrece *dizer-vos* enão he |Necessario Serimonias (...)” (Documento 12vv, grifos nossos). Nas demais situações, ou o pronome se juntava à forma verbal ou se prescindia do hífen.

Passemos agora à análise dos contextos que, segundo os gramáticos normativos, são motivadores da próclise, isto é, fazem com que o pronome átono se desloque de sua posição normal enclítica, para a posição pré-verbal. Também nesse caso, analisaram-se separadamente as lexias simples das combinações verbais, para verificar se os elementos capazes de deslocar o pronome para a posição pré-verbal são semelhantes nas duas possibilidades ou se existem tendências que se associam ao tipo de lexia verbal. Não se estabeleceu, neste momento da análise, distinção entre linguagem formal e informal, já que o objetivo era a descrição de um fator contextual e, portanto, sintático⁷, a atuar na ordem do clítico. Os dados obtidos encontram-se dispostos na tabela 5 seguinte.

Tabela 5: Atrativos de próclise em textos escritos das Minas setecentistas

Lexia simples		Combinação verbal	
Tipo de atrativo	Ocorrência (%)	Tipo de atrativo	Ocorrência (%)
Pronome relativo	35,48	Ausência de atrativo	35,00
Ausência de atrativo	16,12	Pronome relativo	20,00
Conjunção subordinativa	15,32	Conjunção subordinativa	20,00
Advérbio	8,09	Advérbio	10,00
Conjunção coordenativa	6,45	Pronome pessoal	10,00
Pronome pessoal	5,65	Pronome indefinido	5,00
Palavra negativa	4,83		
Pronome demonstrativo	3,22		
Pronome indefinido	3,22		
Oração optativa	1,62		

Fonte: *Corpus* analisado

Um mero olhar para a tabela 5 é suficiente para identificar alguma distinção formal entre os motivadores da próclise nos dois tipos de lexias analisados: o rol de palavras atrativas é mais amplo quando se trata de lexias simples. Enquanto nestas se identificaram dez tipos de motivadores para que o clítico assumisse a posição pré-verbal, em se tratando de combinações verbais, esse conjunto se reduziu a seis tipos. Entretanto, a categorização desses motivadores e sua respectiva hierarquia quantitativa não se mostraram muito distintas nos dois tipos de lexias verbais analisadas, o que nos permite delinear algumas categorias mais produtivas no deslocamento do pronome para a posição proclítica na escrita dos mineiros do séc. XVIII. Os pronomes relativos eram as categorias morfológicas com maior capacidade de deslocar o clítico para a posição pré-verbal, quer nas lexias simples (35,48%), quer nas combinações verbais (20%). A segunda classe dotada do mesmo potencial era a das conjunções subordinativas (15,32% nas lexias simples e 20% nas combinações verbais), seguida da classe dos ad-

⁷ Não se está aqui desconsiderando a possível atuação de um fator rítmico, ligado à prosódia, a atuar simultaneamente ao fator sintático analisado, mas o período histórico selecionado para o estudo restringe esse tipo de análise.

vérbios (8,09% nas lexias simples e 10% nas combinações verbais). A classe das conjunções coordenativas, que obteve um percentual de 6,45% de capacidade de atração nas lexias simples, não foi identificada nas combinações verbais, da mesma forma que as palavras negativas, cuja frequência nas lexias simples foi de apenas 4,83%.

A categoria dos vocábulos negativos, apesar do baixo percentual, carece de uma descrição mais detalhada, dado não só a sua maior produtividade na modalidade contemporânea da língua, como também a alteração da ordem em relação ao clítico. Se, na atualidade, o advérbio negativo *não* é um protótipo para justificar o estatuto proclítico do pronome átono, que se posiciona entre o *não* e a forma verbal, no séc. XVIII, a ordem mais produtiva, pelo menos no *corpus* analisado, era o emprego do pronome proclítico ao *não*, fenômeno denominado de *apossínclise* e recorrente tanto em documentos formais, como em informais, conforme ilustram estes exemplos:

(5) “E dadas as tres proclamaçoins
na Sobredita freguezia *lhe não Re*
Zultou impedimento algu’ conhecido (...)” (Documento 8vv, certidão de banhos, grifos nossos)

(6) “E não digo m.^{to} mais pelo tem
po *menaõ dar* Lugar que. o portador está departida” (Documento 12, missiva informal, grifos nossos)

Outro fator digno de menção, em se tratando dessa categoria de atrativos, é concernente à semântica negativa de alguns advérbios, o que, na atualidade, provoca ambiguidade de classificação. A polissemia de advérbios como *nunca* e *jamaiz* faz com que alguns gramáticos considerem prudente classificá-los tanto como temporais, quanto como negativos. O advérbio *nunca*, no séc. XVIII, conforme ilustra o exemplo (7), atraía o clítico para junto de si e, ao contrário do *não*, que apresentava uma ordem menos fixa, podendo se posicionar antes ou depois do clítico, sempre se posicionava proclítico ao pronome átono:

(7) “(...) deva ao dito devedor
plena, e prol quitação da dita di-
vida, para mais *nunca lhe Ser*
pedida, ou Repetida por elle ou
Seos herdeiros (...)” (Documento 7vv, certidão de compra de imóvel, grifos nossos)

Essa maior ou menor fluidez da ordem desses dois tipos de advérbios no séc. XVIII pode sinalizar, pelo menos do ponto de vista estrutural, uma distinção entre eles. É possível que, naquela época, a posição mais fixa de *nunca* indicasse seu maior grau de gramaticalidade em relação a *não*, mas, diante das limitações deste estudo, tal aspecto não será por ora desenvolvido, deixando-se aqui registrada apenas a distinção de

ordem desses dois tipos de atrativos de próclise que, na atualidade, confluem-se semanticamente e posicionam-se sempre proclíticos ao pronome átono.

Dando continuidade à descrição das categorias morfológicas dotadas da capacidade de atrair para junto de si o clítico pronominal, surgem, na escala hierárquica obtida a partir da quantificação dos dados analisados, os pronomes pessoais, com ênfase para os pronomes de tratamento. Mesmo ocupando uma ordem semelhante na escala decrescente de categorias atrativas, tais pronomes obtiveram índices mais altos de frequência nas combinações verbais (10%) que nas lexias simples (5,65%). Acredita-se que esses índices não se relacionam diretamente ao tipo de lexia verbal, mas à redução do número de categorias atrativas, o que pode favorecer o aumento da frequência das categorias que integram o conjunto mais restrito. Encerrando a escala das categorias comuns aos dois tipos de verbos, aparecem os pronomes indefinidos, cujos índices foram de 3,22% nas lexias simples e 5% nas combinações verbais. Não foram registrados, no *corpus* analisado, pronomes demonstrativos nem orações optativas atraindo o clítico para a posição pré-verbal nas combinações verbais, o que não significa que isso não ocorria no séc. XVIII. Há de se considerar o fato de termos trabalhado com uma amostragem de língua escrita do período, bem como a menor frequência, no *corpus*, de combinações verbais que de lexias simples.

No tocante aos resultados dispostos na tabela 5, resta-nos ainda comentar um dado que parece não só endossar a tese de Melo (1968) de que a teoria magnética para explicar a próclise é falsa, como também atestar a natural tendência proclítica da escrita mineira setecentista, o que lhe confere caracteres da sintaxe clássica e a aproxima do uso natural contemporâneo. A ausência de qualquer dos atrativos descritos pelos gramáticos para justificar a próclise obteve o segundo maior percentual (16,12%) nas lexias simples, e o primeiro (35%) nas combinações verbais. Esses índices, responsáveis pela hierarquização de categorias, demonstram que, contrariando a norma culta atual de que a posição normal do pronome é a ênclise, salvo existência de palavra atrativa, a posição normal do clítico, na língua escrita em Minas Gerais é, pelo menos há três séculos, a próclise, que é empregada pelo usuário dessa língua mesmo à revelia da existência de um vocábulo atrativo.

Por fim, para se cumprirem os objetivos propostos para este trabalho, resta-nos ainda verificar se a função sintática exercida pelo clítico interfere na posição por ele assumida, aspecto condensado na tabela 6:

Tabela 6: Correlação entre função sintática do clítico e sua ordem

Próclise						Ênclise					
O.D		O.I		O.D.I		O.D		O.I		O.D.I	
For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal	For- mal	Infor- mal
3	23	18	79	0	1	0	7	1	13	0	0
2%	16%	12%	54%	0%	1%	0%	5%	1%	9%	0%	0%

Fonte: *Corpus* analisado

O cômputo dos dados acusa, mais uma vez, a prevalência da próclise, independentemente da função sintática desempenhada pelo pronome complemento. Os resultados obtidos permitem ainda uma descrição dos tipos de complementos verbais mais frequentes no séc. XVIII: os objetos indiretos mostraram-se mais produtivos (76% das ocorrências) que os objetos diretos (23%). Outro dado não revelado pelos dados dispostos na tabela, mas digno de menção é o registro de objetos combinados, conforme ilustra o exemplo (8):

- (8) “Recebi. o Seu estudo o que’ Nele Diz *elho* fico muito. obrigado pela deLigencia.” (Documento 2, carta informal, grifos nossos)

Embora Rocha Lima (1973) discorra sobre a possibilidade de se combinarem pronomes dativos e acusativos, o gramático adverte sobre a baixa produtividade de tais combinações no português brasileiro. No *corpus* analisado, contudo, essa combinação foi identificada num documento informal, o que revela que o uso dos pronomes átonos nas Minas setecentistas oscilava ainda num híbrido de inovação e de conservadorismo. Ao mesmo tempo em que a próclise suplantava a ênclise e a mesóclise foi sequer identificada, registraram-se casos de apossínclise de palavras negativas e combinações de pronomes complementos, fenômenos hoje não mais identificados nessa região.

Considerações finais

A pesquisa ora relatada perseguiu o objetivo de descrever quantitativamente a ordem dos clíticos pronominais no berço da cultura mineira no séc. XVIII. Tomando como *corpus* documentos formais e informais escritos na região de Ouro Preto no período de 1752 a 1794, testou-se contra os dados linguísticos a hipótese de que, naquela época, a colocação pronominal se aproximava mais da norma do português clássico, afastando-se, portanto, do prescrito pelas gramáticas tradicionais cuja norma, codificada no séc. XIX, espelha-se no português europeu moderno.

Computadas e analisadas cento e quarenta e cinco ocorrências de pronomes clíticos, constatou-se a adequação da hipótese aventada. Os dados atestaram que, tanto nas lexias simples quanto nas combinações verbais, a maior produtividade é do clítico pré-verbal, independentemente da existência de algum vocábulo considerado pelos autores normativistas como uma categoria magnética capaz de promover o deslocamento do pronome de sua posição normal enclítica para a posição proclítica. No tocante a tais categorias, os dados acusaram uma simetria entre as lexias simples e as combinações verbais. Assim, as principais categorias atrativas no séc. XVIII, por ordem decrescente de ocorrência, foram os pronomes relativos, as conjunções subordinativas e os advérbios. A classe das palavras negativas, atualmente protótipos dos vocábulos atrativos, obteve baixos índices de frequência no período setecentista, além de ocupar uma posição também diversa da atualidade. Os casos de apossínclise, pouco conhecidos até do falante atual, foram muito recorrentes no *corpus* quando se tratava do advérbio *não*.

Além da tendência proclítica da escrita mineira setecentista, que vai de encontro à norma culta atual, tais normas foram ainda infringidas no que diz respeito ao emprego de pronomes átonos proclíticos ao verbo em início de oração. Os resultados obtidos revelaram ainda que a mesóclise é, conforme defendem Mateus *et al* (2003), um remanescente da sintaxe antiga, já que não se encontrou registro de sua ocorrência no *corpus* analisado, nem mesmo nos documentos formais.

A despeito da limitação do trabalho e da amostragem analisada, o estudo empreendido demonstrou que o processo de variação linguística que envolve o português falado na Europa e na América tem raízes diacrônicas muito antigas, o que já faculta a mudança. A colocação pronominal das Minas setecentistas já exibia traços da sintaxe contemporânea, demonstrando que, há pelo menos três séculos, existem peculiaridades do falar brasileiro, como a preferência pela próclise e a recusa pela mesóclise, que o distinguem da língua de Camões. No tocante à sintaxe de ordem, pode-se generalizar que o português europeu apresenta traços modernos, enquanto o português brasileiro conserva traços do português clássico.

Referências

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CHAVES, Elaine. *Fotos e Transcrições do Fundo Barão de Camargos*. Documentos de Ouro Preto, século XVIII. Mariana: Publicação Independente, 2001 (CD-rom).

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 12 ed. 2. tir. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

CUNHA, Celso Ferreira da; LINDLEY CINTRA, Luís. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. 35ª imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FIGUEIREDO, C. de. *O problema da colocação de pronomes*. 3 ed. Lisboa: Clássica, 1917 [1909].

MATEUS, Maria Helena Mira. *et al. Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência: ciência e purezam, in: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, 1999, p. 49-68.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso médio*. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966 [1908].

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal, in: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 121-146.